

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2021 a 30/04/2021

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/7

33.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021-
CD 19:40
Publ.: DCD - 08/04/2021 - SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo à Casa de discussão das reformas tributária e administrativa e do novo pacto federativo.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer um apelo que acho importante.

Nós estamos focados neste momento, e não poderia ser diferente, na agenda do debate das vacinações. Nós temos votado um conjunto de matérias para estimular a compra de vacinas no Brasil e ações de combate ao coronavírus. Estamos vivendo a maior crise sanitária da história do Brasil. Mas é muito importante que o Congresso Nacional também foque a agenda econômica deste ano de 2021.

Nós precisamos discutir as reformas tributária e administrativa e o pacto federativo. Nós estamos com o Orçamento parado há mais de 4 meses, e temos um país na expectativa do que vai fazer o Congresso Nacional, que precisa receber sinais de como agir em relação à agenda econômica do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua, Deputado. A sessão está se encerrando.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE) - O apelo que faço, Presidente, é que nós possamos reunir os Líderes, o Parlamento, e avançar na agenda econômica do Brasil, porque nós temos um quadro de 14,3 milhões de desempregados, temos as menores despesas discricionárias nos últimos 20 anos, temos o aumento da inflação e a perda do poder de compra dos brasileiros. Se não tivermos medidas que estimulem a geração de empregos e o

crescimento, nós vamos ter uma situação muito mais difícil do que a que estamos vivendo.

Eu acho que é preciso serenidade e equilíbrio. Nós precisamos estar unidos, em prol de uma agenda que avance uma pauta que dialogue com o setor produtivo nacional, estimulando o crescimento e, automaticamente, a geração de empregos e de renda no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 2/7

37.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021-
CD 16:52

Publ.: DCD - 21/04/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é incrível como age Bolsonaro. Outro dia, lutava para privatizar a água, para entregar a água ao capital privado. Depois, fecharam inúmeras agências do Banco do Brasil, porque Bolsonaro e Paulo Guedes querem que o dinheiro do povo brasileiro fique nas mãos dos bancos privados. Agora, estamos tratando aqui da urgência da venda dos Correios.

Eu pergunto: será que alguém aqui tem consciência de que as pessoas estão sem dinheiro em casa, trocando o uso do botijão de gás pelo uso da lenha? Um botijão de gás está custando quase 100 reais, Presidente!

Urgência há em votarmos a reforma tributária para colocar quem está no andar de cima para pagar a conta também; para desonerar o consumo e termos um botijão de gás mais barato.

É muito complicado para nós votarmos a favor de qualquer matéria que fira os interesses da população brasileira.

"Não" à privatização dos Correios! Esta matéria não é urgente, Presidente.



Documento 3/7

37.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021-
CD 16:56

Publ.: DCD - 21/04/2021 - GIL CUTRIM-REPUBLICANOS -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares e amigos das 370 mil vítimas da pandemia de Covid-19 no País. Oportunidade da votação das reforma tributária e administrativa. Crescimento da dívida pública do País em meio à pandemia. Esclarecimento a respeito do caráter não privativista do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais. Pedido de aprovação do requerimento de tramitação em regime de urgência para a matéria.

O SR. GIL CUTRIM (Bloco/REPUBLICANOS - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares, telespectadores que nos assistem pela TV Câmara e pelas rede sociais, eu inicio esta fala agradecendo a minha acolhida afetuosa e calorosa nos quadros do Republicanos. Agradeço ao partido, na pessoa do Presidente Nacional do Republicanos, o Deputado Marcos Pereira. Quero também agradecer ao Líder Hugo Motta a gentileza de me conceder o tempo da Liderança, nesta tarde tão importante para a Nação brasileira.

Inicio, Presidente, solidarizando-me com os familiares e amigos dos mais de 370 mil mortos em nosso País. Esta Casa teve sempre um protagonismo especial e essencial no enfrentamento e no combate à pandemia. E esse combate à pandemia não se refere apenas à questão sanitária. Nós precisamos acompanhar também a pauta econômica do nosso País, até mesmo porque não existe elemento suficiente de investimento se não há equilíbrio fiscal, se não se encontram aqueles que, por assim dizer, vão pagar a conta.

É por isso, Sr. Presidente, que, em meio à crise sanitária que nós enfrentamos, em meio à crise econômica que nós enfrentamos, a pauta da reforma tributária é essencial, sim; a pauta da reforma administrativa é essencial, sim. E precisamos ter muita atenção a isso, neste momento em que vivemos.

A dívida pública no País cresceu em larga escala devido à pandemia. Em razão disso, a modernização da administração pública e a racionalização dos gastos públicos têm que ser prioridades também, principalmente nesta quadra em que nós estamos enfrentando a



pandemia. Precisamos, principalmente, dar segurança jurídica e, ao mesmo tempo, equilíbrio fiscal ao Estado, dando assim fôlego para que o Governo possa investir, principalmente no enfrentamento da COVID-19, com compra de vacinas, com ainda mais suporte a Estados e Municípios em equipamentos e insumos que têm faltado nos hospitais do nosso País afora, Deputado Hildo Rocha.

Por isso, com esse sentido e neste contexto, tramita na Casa o PL 591/21, que trata da regulamentação e modernização do sistema postal brasileiro. Não se trata um só 1 minuto de privatização. Então, é bom que fique claro que essa ideia de privatizar os Correios está muito longe de acontecer. Antes que isso aconteça é preciso um amplo e pleno debate sobre um tema fundamental que ultrapassa a nossa história e interfere nas nossas vidas.

Precisamos de instituição forte, eficiente, sem interferências políticas, com capacidade de autossustento, com boa tecnologia. E é por isso que vamos, a partir de agora... E eu dou a minha palavra, empenho o meu trabalho...

Presidente, eu peço que solicite aos demais que desliguem os microfones.

Eu estou dando aqui a minha palavra. Escutei atentamente os discursos legítimos da Oposição sobre a preocupação que a matéria lhe causa, preocupação que também é a deste Relator, quanto à necessidade de nós debatermos e aprofundarmos o tema. Mas não é pelo simples fato de aprovarmos um requerimento de urgência nesta tarde de hoje que vamos de forma açodada construir um relatório que vise dar mais eficiência ao sistema postal do nosso País.

Precisamos de planejamento estratégico. Nós já o temos e vamos cumprí-lo à risca. Vamos conversar com setores do Governo: com o Ministério da Economia, com o Ministério das Comunicações, com o Banco do Nordeste. Vamos conversar com as entidades de classe. Nós precisamos escutar os sindicatos. Nós precisamos escutar aqueles funcionários que doaram à empresa a sua vida, na chuva, no sol, de manhã, de tarde e de noite. Nós precisamos dialogar com a sociedade, sim. Nós precisamos escutar o terceiro setor. Nós precisamos escutar os técnicos desta Casa. E, sobretudo, Deputada Talíria Petrone, nós iremos escutar os Líderes desta Casa, para a quatro mãos construirmos um relatório que vise dar, além da segurança jurídica, as condições necessárias para um serviço postal eficiente em nosso País.

E, para fazer esse amplo debate, Deputado Marcelo Freixo, nós precisamos realmente construir esta agenda para o País.

Eu construí aqui, e fiz questão de escrever, algumas garantias e

diretrizes que iremos seguir.

Primeiro, vamos garantir no próprio texto a universalização e a prevenção dos preços abusivos. Vamos também melhorar a qualidade; modernizar a companhia; aumentar a capacidade de investimento; aumentar a tecnologia.

Peço mais 1 minuto para concluir, Presidente.

Nós precisamos também gerar um ambiente favorável na economia e valorizar o legado dos Correios, respeitando a história da instituição, valorizando os empregados e garantindo a eles o mínimo de estabilidade possível. Vamos também escutar o povo, escutar a voz das ruas, e maximizar o valor gerado para a União.

Para concluir, Presidente, peço aqui a aprovação do requerimento de urgência com a garantia e a segurança de que iremos fazer um grande debate em relação à formalização, à construção de um texto que dê segurança jurídica ao sistema postal da Nação brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 4/7

25.2021.B	Sessão Outro Evento	22/04/2021-10:52
Publ.: DCD - 23/04/2021 - FLAVIO NOGUEIRA-PDT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a sugestão da Receita Federal do Brasil de extinção da isenção de impostos para livros e papéis para impressão no bojo de proposta de reforma tributária. Necessidade de garantia do acesso à leitura e ao conhecimento às faixas mais pobres da população para a redução da desigualdade socioeconômica do País.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (PDT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Receita Federal sugere que seja extinta a atual isenção de PIS e COFINS para livros e papéis para impressão, já que o consumo de livros, segundo a Receita Federal, está concentrado na faixa mais rica da população.

Essa sugestão é baseada numa pesquisa feita pelo IBGE que constatou que famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não didáticos e que a maior parcela desses livros é

consumida por famílias com renda superior a dez salários mínimos.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faltou dizer que, mesmo que o livro seja caro, apesar da isenção desses impostos, do PIS e da COFINS, no Brasil, 27 milhões de brasileiros das classes C, D e E praticam a leitura. Parece que o Governo, equivocadamente, quer que somente uma elite possa consumir livros não didáticos. Isso é um absurdo! Nós sabemos que o desenvolvimento de um país acontece exatamente quando os seus cidadãos têm acesso ao conhecimento.

Num país onde nem a banda larga nós conseguimos distribuir por todo o território, para que até o pobre pudesse ter acesso ao livro digital, agora a Receita Federal sugere a nós, Deputados, que, na reforma tributária, extingamos a isenção desses impostos que eu citei, o PIS e a COFINS, para livros não didáticos. É lamentável, Sr. Presidente, que, num país como o nosso, com grande desigualdade social e econômica, o livro seja afastado cada vez mais das pessoas pobres, da juventude pobre, que tanto necessita de acesso ao conhecimento. Um país não pode ser desenvolvido se não...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 5/7

40.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 27/04/2021 -
	CD	17:52
Publ.: DCD - 28/04/2021 - ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Urgente realização da reforma tributária.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta Casa tem votado, nos últimos 15 dias, temas importantíssimos para o enfrentamento da pandemia, mas este é o momento de começarmos também a pensar sobre o pós-pandemia.

Fico muito contente, muito feliz, Presidente, por V.Exa. ter começado a fazer tratativas com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a reforma tributária. A respeito da reforma tributária, eu quero citar quatro números, caros Deputados e ouvintes: o número 184, o número 1.501;

240 bilhões; e 5,4 trilhões.

O primeiro número, 184, indica a posição do Brasil no *ranking* do Doing Business. O Brasil está entre os países que têm os piores sistemas tributários do mundo. Dos 190 países que estão no Banco Mundial, o Brasil está na posição 184.

O segundo número, 1.501, indica o número de horas que o empreendedor brasileiro, o empresário brasileiro gasta por ano só para ficar atendendo às obrigações acessórias do Governo - nota fiscal, bloco K, substituição tributária, diferencial de alíquota, o que dá ou não dá crédito -, toda essa confusão, que representa custo para o empresário. Quando isso vira custo, vai parar no preço do produto ou do serviço e vai tirar a competitividade das nossas empresas no mundo.

O terceiro número, Sr. Presidente, 240 bilhões de reais, segundo cálculo do Movimento Brasil Competitivo, representa o Custo Brasil apenas associado às obrigações tributárias, o que o Brasil paga para ele mesmo, o que nós agregamos de custo, não de valor, sobre nossos produtos, serviços, porque temos o pior sistema tributário do mundo.

O último número é o mais impressionante de todos: 5,4 trilhões de reais, segundo cálculo do INSPER. Esse valor se refere aos contenciosos tributários que temos, às disputas em tribunais entre o pagador de impostos e o Estado brasileiro, equivale a 73% do PIB. Nos países da OCDE, esse número está por volta de 2%, 3%. Vejam como está doente o nosso sistema tributário. Vejam o custo disso. Esses 5,4 trilhões de reais não estão circulando na economia. É uma provisão no balanço das empresas e é dinheiro que não está no Tesouro. É dinheiro parado nos tribunais, em disputas infundadas, como a que teremos nesta sexta-feira, no Supremo, tirando definitivamente o ICMS da base do PIS e da COFINS, uma discussão que se arrasta há mais de 20 anos, criando um passivo impagável.

Então, Presidente, agradeço a iniciativa de V.Exa. de conversar com o Ministro Paulo Guedes para fazer com que a reforma tributária ande, considere o padrão OCDE, um IVA de padrão global, das maiores economias do mundo, afaste a insegurança jurídica, termine com todos esses contenciosos e devolva competitividade para as empresas brasileiras. Hoje, estamos competindo em pé de desigualdade. O restante do mundo não tem esse Custo Brasil. E nós ainda pagamos imposto sobre o Custo Brasil, pagamos imposto sobre a nossa incompetência.

A reforma tributária tem que andar, de forma séria, a passos firmes, para que consigamos ter um dos melhores sistemas tributários do

mundo.

Obrigado.

Documento 6/7

42.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021-
CD 12:28

Publ.: DCD - 30/04/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA
DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Instalação de Comissão Especial destinada à análise de proposta de atualização de regras eleitorais. Aprovação pela Casa de proposições relevantes ao Brasil com a atuação do orador como Líder do Governo e na gestão do Presidente Arthur Lira. Desafios do Governo Jair Bolsonaro e do Parlamento para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do País. Ações do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Posicionamento do orador quanto às propostas de reformas administrativa e tributária. Solicitação aos Deputados de apoio à pauta em benefício do País.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres companheiros, quero destacar o momento que estamos vivendo no Brasil, momento importante político de decisões. O Presidente Jair Bolsonaro escolherá o seu partido político, as alianças estaduais estão se formando, a reeleição dos Srs. Parlamentares aqui está em andamento, muitas pessoas novas querendo participar da política. E nós temos que ter clareza das regras.

Primeiramente, foi criada uma Comissão para tratar da regra eleitoral, que será relatada pela Deputada Renata Abreu, que vai definir como vamos conduzir o processo, qual é a regra da eleição, para que cada partido, em seus respectivos Estados, possa definir como concluirá a montagem da sua chapa.

Quero também falar um pouco do nosso trabalho aqui na Liderança do Governo. Nós já votamos neste ano: a independência do Banco Central; a nova Lei do Câmbio; depois, a PEC Emergencial, com gatilhos importantes de ajuste fiscal; o Marco Legal do Gás; o veto ao Marco Legal do Saneamento Básico, que nós conseguimos manter, garantindo aos Municípios a sua autonomia para licitar os serviços de água e esgoto; votamos matéria sobre a cabotagem, que é um bom projeto de redução do Custo Brasil.

Portanto, vimos de crescentes e importantes deliberações. Tudo isso já



foi votado nesses primeiros meses da administração do Presidente Arthur Lira na Câmara, mostrando que, sim, essa articulação feita para eleger o Deputado Arthur Lira na Câmara é uma coalizão para o bem do Brasil. Nós estamos focados em matérias relevantes para que a economia aconteça.

Houve agora uma atenção à infraestrutura, num evento chamado Infra Week, uma semana em que estiveram olhando para isso. Os leilões do Ministro Tarcísio, do Ministério da Infraestrutura do Governo Bolsonaro, têm sido bem-sucedidos, atraindo bilhões em investimentos que vão gerar empregos e impostos para os brasileiros, oportunidade para os nossos jovens, diminuição do Custo Brasil e mais competitividade do Brasil, com seus produtos no exterior. Agora estão previstos mais 56 bilhões na nova rodada de concessões.

Então, o País vem num ritmo correto, o dólar está já abaixo de 5,40 reais, há uma confiança no mercado nas questões da condução da política econômica do Ministro Paulo Guedes. E o que vamos enfrentar pela frente? Vamos vir com nova Lei do Licenciamento Ambiental; a regularização fundiária, *homeschooling*. Ainda temos projetos referentes a *start-ups*, superendividamento, que estão prontos para serem votados aqui em plenário.

A pauta da Câmara está muito desafiadora, enfrentando temas importantes ao Brasil, temas relevantes para a nossa capacidade de enfrentar as dificuldades que o Governo tem pela frente, mas as dificuldades do Governo são dificuldades do Brasil. Os desafios do Governo Bolsonaro são desafios do Brasil. Estamos enfrentando a crise da COVID com um recorde de geração de empregos agora no CAGED, estamos retomando a empregabilidade. Mais bilhões foram colocados, para que pudéssemos apoiar a manutenção de empregos com carteira assinada, com a redução e a suspensão da jornada de trabalho, bancados pelo Governo Federal. Vamos colocar recursos no PRONAMPE para financiar as pequenas empresas, para que elas continuem na sua capacidade operacional.

Estamos discutindo sobre como resolver o passivo tributário das empresas. Então, há um grande desafio para um conjunto importante de matérias que o Presidente Bolsonaro encaminhou para esta Casa e que nós estamos enfrentando aqui nas votações.

Temos iniciativas parlamentares, como a Loteria da Saúde, que está sendo votada nesta Casa e que vai gerar recursos para o combate à COVID. Muitos bilhões de reais foram disponibilizados para o combate à COVID, vacinas compradas, contratadas, ainda com poucas vacinas autorizadas pela ANVISA e, portanto, atrasando o nosso cronograma de vacinação. Mas o Governo fez e assinou os contratos. Nós temos 560 milhões de doses de vacinas contratadas. E contratará mais,



porque, como estamos vendo, a programação de entrega de vacinas não pôde ser cumprida porque não houve a liberação da ANVISA nem da Covaxin, nem da Sputnik nem de outras vacinas que estão lá com pedido de uso emergencial.

Já temos um alívio na precisão de leitos de enfermaria e de UTI, já diminuiu aquele desespero por oxigênio, pelo *kit* intubação. Há necessidade, sim, de sistema de rastreamento dos testados. Só testar as pessoas não adianta. Quando testada, é preciso rastrear a pessoa, com quem teve contato nos últimos dias, e isolá-la para que, aí sim, não se transmita o vírus. Se nós tivermos um sistema de testagem de alto volume e rastreamento, poderemos reduzir o nível de contaminação e com menos impacto na economia. Há 30 milhões de brasileiros vacinados e 15 milhões que estão com anticorpos porque já tiveram a doença. Então, é uma nação inteira, 45 milhões de pessoas poderiam estar consumindo e frequentando os lugares normalmente porque já estão com a imunidade. Temos aqui o projeto do cartão de identificação dos vacinados, do Deputado Dr. Luizinho, para que as pessoas que já têm os anticorpos eventualmente possam retornar à atividade, ao consumo, dando uma irrigação importante às atividades econômicas do Brasil.

Enfim, são várias as ações que o Presidente Bolsonaro está articulando e os nossos Ministros estão trabalhando nas várias áreas de governo para podemos avançar. Vamos votar aqui o projeto da geração distribuída de energia, que é também muito polêmico, mas importante para o Brasil. Vamos votar várias matérias que são de interesse da Nação brasileira.

Presidente, quero ainda registrar a programação de matérias que estão aqui acordadas para serem votadas e dizer que o Brasil receberá, sim, a reforma administrativa, que, no dia 14, terá a última audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, entrará em votação agora em maio. Quanto à reforma tributária, o Presidente Arthur Lira, junto com o Ministro Paulo Guedes e as Lideranças da Câmara, decidiu que será votada de forma fatiada, provavelmente em quatro etapas, começando pela CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, que é a fusão do PIS/COFINS.

Vamos começar pela simplificação tributária e, depois, avançamos para organizar um sistema tributário mais fácil e, portanto, mais simples para o contribuinte, que custe menos para o contribuinte e este possa pagar corretamente seus impostos - hoje nós temos um exército de funcionários nas empresas só cuidando de cumprir as regras tributárias -, além de uma tributação mais justa.

Nós temos que pensar um pouco que o Brasil incentiva a exportação de produtos não manufaturados e não processados e desincentiva a



geração de empregos e a industrialização do País, na medida em que um produto para exportação não paga PIS/COFINS, ou seja, é desonerado, e o produto para consumo interno é onerado. Se a soja é processada aqui, há tributação; se ela é exportada, não há tributação. Deveria ser o contrário: o processado no País devia ser incentivado, para gerar empregos, impostos, e agregar valor ao que vai ser exportado.

Desta forma, há toda uma discussão importante para o Brasil na reforma tributária, como há toda uma discussão em torno da reforma administrativa, para que haja um Estado mais leve, mais eficiente, com meritocracia, um Estado que custe mais barato. Hoje a máquina brasileira custa 14% do Produto Interno Bruto, quando a média na comunidade europeia é de 9% e, no Japão, 5%. Quem sabe daqui a 30 anos, nós tenhamos uma máquina eficiente, comprometida com a qualidade do serviço público e com a meritocracia para quem se dedica, gerando, com isso, um Brasil melhor para todos.

Fica nosso pedido a todos os Parlamentares para que apoiem esta agenda, que é boa para o Brasil.

Muito obrigado.

Documento 7/7

42.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021-
CD 15:56

Publ.: DCD - 30/04/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Urgente realização da reforma tributária.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho a esta Casa no dia de hoje para implorar - essa é a palavra correta - , para suplicar que a reforma tributária, que já se arrasta desde 1988, pare de ser uma mesmice e seja levada extremamente a sério.

Por que eu venho pedir isso aqui como uma súplica? Nós estamos aceitando calados o empobrecimento do povo brasileiro. Vemos a narrativa de se derrubar ou não um Presidente da República, de investigar desvios de dinheiro, mas tenho certeza absoluta de que concluiremos que muitos recursos públicos foram desviados nesta pandemia. Estes são os verdadeiros responsáveis pelas vidas que se



perderam, porque Estados e Municípios deixaram de se equipar e se preparar. Agora a discussão ficou cada vez mais politizada, e o tema mais importante deste País não está sendo tratado com a devida seriedade.

Sr. Presidente, qualquer pessoa que pegue o salário do ano de 2019 - qualquer servidor que nos acompanha e nos honra com sua presteza nesta Casa; qualquer funcionário da Câmara dos Deputados, a exemplo dos policiais legislativos, que convivem conosco; qualquer Parlamentar -, se fizer uma análise, verá o quanto comprava num supermercado em 2019 e o quanto compra hoje. Qual carro você conseguia comprar em 2019 e qual carro você consegue comprar hoje?

Fazendo essa análise, você vai concluir que ficou no mínimo 30% mais pobre - no mínimo. Em alguns casos, as pessoas ficaram 50% mais pobres. Uma pessoa que já ganhava pouco, em torno de 2 mil reais, em 2019, compra agora a metade ou pouco mais da metade do que comprava. O poder de compra é o que faz uma nação ser digna. O que faz todo o mundo sonhar em ir morar nos Estados Unidos não é a segurança, porque existem muitos Estados no Brasil em que há segurança. Também não é a boa educação, porque há muitas famílias aqui no Brasil que conseguem dar uma boa educação para seus filhos. Diga-se de passagem, era incrível ver as crianças brasileiras chegando aos Estados Unidos e tirando só dez, porque estavam bem preparadas.

Então, por que todo o mundo quer ir embora para os Estados Unidos? Por causa do poder de compra - poder de compra! Isso proporciona uma casa boa, que lhe dá dignidade, um carrinho bom. Uma empregada doméstica consegue pagar uma parcela de 200 dólares a 250 dólares num carrinho, o que equivale a duas diárias dela. Onde 2 dias de trabalho de um trabalhador aqui paga a parcela de um carro básico? Até quando vamos tapar o sol com a peneira?

Por que eu venho hoje a esta tribuna implorar que a reforma tributária seja nossa prioridade? O Líder do Governo, por quem eu tenho um respeito e um carinho enorme - eu tenho certeza de que a sua intenção é a melhor possível -, disse que o Governo agora quer fatiar em pelo menos quatro partes a reforma tributária, porque somente assim dará certo. Será que isso é verdade? Eu fico preocupado, porque tenho certeza de que o Líder do Governo quer o melhor para o País. No momento em que o Deputado Ricardo Barros sobe a esta tribuna e fala isso, eu me preocupo, porque provavelmente foi isso que ele escutou de verdade. Por isso, deve sentir a pressão e achar que, se não for assim, não passa.

Será que esta Casa - e falo do Congresso inteiro -, que, desde 1988, tinha o compromisso de aprovar uma reforma tributária e nunca



aprovar, vai fazer em quatro parcelas? Eu duvido. Talvez passe a primeira. Eu duvido. E, se passar, só quem ganha é o povo brasileiro, só quem ganha são V.Exas., Parlamentares, porque terão, certamente, os votos honrados nas próximas eleições. O eleitor que hoje está passando dificuldade, que está desempregado vai ser muito grato a esta Casa, a este Congresso, se aprovarmos uma reforma tributária que desonere o consumo, que devolva o poder de compra para a população.

Falar em simplificação é citar uma narrativa que funcionava até 2019. Depois da pandemia, precisamos devolver o poder de compra. Somente devolvendo o poder de compra, somente com o consumidor comprando mais, o comerciante será obrigado a contratar mais vendedores, a contratar mais funcionários. Quando ele contrata mais funcionários, a pessoa que estava desempregada passa a consumir, passa a gastar no supermercado, compra um carrinho melhor para ir trabalhar, compra uma roupinha melhor. Isso faz com que o comércio crie o chamado ciclo virtuoso, o que consequentemente vai atingir o setor produtivo, a indústria, o agronegócio. Todos vão vender mais.

Quando uma pessoa vai ao supermercado comprar 100 reais de carne, ela não pede 1 quilo de carne. Os menos favorecidos, os que ganham um ou dois salários mínimos - o que corresponde a 80% dessa população - , quando vão ao supermercado, pedem 50 reais de carne. Se tiramos 25% desse valor, eles vão continuar comprando 50 reais de carne, só que agora vão levar mais carne para casa. E, provavelmente, quem produz carne vai vender mais carne. Assim, eu aqueço o mercado, eu crio um negócio chamado pleno emprego. Assim começa a sobrar emprego neste País. Isso é o ciclo virtuoso.

A Curva de Laffer é ignorada pelos famosos especialistas. Especialistas de - para não falar um palavrão - merda nenhuma! Não são especialistas! Ignoram o sucesso de reformas tributárias feitas em crises, em guerras, feitas por nações que hoje são potências econômicas.

Deem poder de compra para a população! Façam uma reforma tributária justa! Façam uma reforma tributária para que o povo receba de verdade o que suou diariamente! Não é justo trabalhar 6 meses por ano para pagar impostos! Fortaleçam o setor produtivo! Diminuam os impostos do agronegócio! Eles pagam muito? Pagam demais já! Fortaleçam os impostos daqueles que não pagam nada! Cobrem daqueles que não pagam nada! O comerciante, a indústria e o agronegócio têm que ser desonerados para aquecermos a economia deste País.